



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE  
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

## Trabalho de Conclusão

# Diretrizes Territoriais Preliminares para o Quilombo Rio dos Macacos (BA)

*Urb. Leonardo de Souza Polli - Profissional Residente)*

*Arq. Urb. Maria Teresa do Espírito Santo – Tutora*

*Arq. Urb. Fábio Macedo Velame – Co-Tutor*

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Janeiro de 2015

## **CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

### **Autoria:**

Urb. Leonardo de Souza Polli - Profissional Residente

Arq. Urb. Maria Teresa do Espírito Santo – Tutora

Arq. Urb. Fábio Macedo Velame – Co-Tutor

### **Colaboração:**

Arq. Luana Figueiredo

Geo. Paula Regina Cordeiro

### **Consultoria:**

Arq. Mes/Geo. Paula Adelaide Mattos Moreira

Arq. Urb. João Maurício Ramos

Arq. Urb. Heliana Faria Metting

Arq. Urb. Ângela Gordilho Souza

Arq. Urb. Any Ivo Leal

Bolsista e estudante de Eng. Civil (UFBA), Fernanda Diniz

### **Apoio:**

Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos

Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia – AATR

Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia – CDCN

Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP

Serviço de Apoio Jurídico da Universidade Federal da Bahia – SAJU

Instituto GeograFAR - UFBA

### **Apoio Institucional:**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Faculdade de Arquitetura da UFBA

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia

Faculdade Politécnica da UFBA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/BA

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI/BA

## **BANCA DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO ORAL**

**Data da banca:** 09 de Dezembro de 2014, com sessão pública iniciada às 09 horas da manhã

**Local:** Sala da Congregação da Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Rua Caetano Moura, 121, Federação, CEP: 40210-350, Salvador, Bahia, Brasil.

**Título:** Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos (BA).

**Tutora e coordenadora da banca:** Profa. Arqta. Ma. Maria Teresa do Espírito Santo

**Membro Interno:** Prof. Arqt. Dr. Fábio Macedo Velame

**Membro externo:** Geo. Me. Diosnir Marcolino de Santana Filho

**Representantes da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos:** Sr. José Rosalvo de Sousa – “Nadinho”; Sr. Edinaldo Bispo Santos - Seu Willian; Sra. Olga L. Barbosa – “Dona Olga”.

### **PARECER DA BANCA – CONFORME CÓPIA ANEXADA**

#### **I - AVALIAÇÃO DO PROJETO NA TEMÁTICA DA ESPECIALIZAÇÃO (50% da nota)**

CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS:

1. Integração à proposta coletiva, à comunidade e à cidade
2. Relevância da abordagem teórico-conceitual e metodológica
3. Consistência das definições técnicas e tecnologias utilizadas
4. Originalidade, criatividade e inovação
5. Adequação à realidade e exequibilidade do projeto

ATRIBUIÇÃO DE NOTA PARA O ITEM I (de 0 a 10): **10,00**

#### **II - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (50% da nota)**

CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS:

1. Processo participativo da assistência técnica desenvolvida
2. Comprometimento profissional do residente
3. Contribuições das oficinas e sub-produtos desenvolvidos
4. Pertinência do projeto à demanda da comunidade
5. Desdobramentos e efetividade para a comunidade

ATRIBUIÇÃO DE NOTA PARA O ITEM II (de 0 a 10): **10,00**

**NOTA FINAL – SOMATÓRIO DOS ITENS AVALIADOS (de 0 a 10): 10,00**

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço de maneira fraterna, sincera e amiga por toda solidariedade, companheirismo, auxílio, conhecimento e respeito que recebi de todos os homens e mulheres do Quilombo Rio dos Macacos. Agradeço por ter conhecido e partilhado sobre a bravura e a força de Rosemeire e sua família, a inteligência sagaz de Seu Willian, a resistência e coragem de Zezinho, a sabedoria inerente de Nadinho, a juventude de Oséias, a vitalidade de Dona Maria, a alegria de Leninha, os “facões” de Bigodinho e Seu Dedílson (que abriram nossas trilhas), o samba de Oswaldo e Orlando, o carinho de Dona Olga, o silêncio de Henrique, o sorriso de Benício, as conversas com Antônio Branco, Antônio Vermelho, Marias, João, quilombolas, lutadores, resistentes...

Apesar de dividir um mesmo sentimento com todo o Quilombo Rio dos Macacos, agradeço, em especial, a Dona Olinda, minha grande amiga, companheira e “mãe quilombola”. O olhar sincero, as palavras marcantes, os gestos de gentileza, a humildade latente e o “feijão véio” do almoço certamente me conduzem a me tornar uma pessoa melhor em todos os sentidos – humano, profissional, militante, estudante, filho, companheiro e amigo.

Aos meus mestres, faço um profundo agradecimento pelas experiências passadas durante os quase dois anos de convívio, em especial, à Prof. Ângela Godilho, uma mulher de fibra, força, sabedoria e dedicação, que é, sem dúvida, o pilar central da Residência AU+E. Agradeço também as considerações feitas por Heliana Metting, à camaradagem de João Maurício e o incentivo de Any Ivo.

À minha tutora, Maria Teresa, que reencontrei na Pós-Graduação, registro meu total agradecimento e admiração por ser uma pessoa/profissional/orientadora incrível, determinante em cada etapa de desenvolvimento desse trabalho. Agradeço também ao meu co-tutor, Prof. Fábio Velame, decisivo no processo de amadurecimento histórico, teórico e conceitual do projeto.

Aos meus colegas de Residência, agradeço por tudo que compartilhei e aprendi na sala de aula, nos corredores, no bar, no churrasco, no almoço e nas comunidades. Às minhas colegas de equipe, Arq. Luana Figueirêdo e Geo. Paula Cordeiro, agradeço por cada minuto que passei aprendendo e construindo com vocês, certamente não teria desenvolvido um trabalho de tamanha qualidade se não fosse pela dedicação, profissionalismo e comprometimento de ambas. O trabalho em equipe não é fácil, passa por diversas situações e cenários bons e ruins, mas, pelo propósito que tínhamos em comum, chegamos juntos no final dessa jornada, e certamente seguiremos, por vezes juntos, por vezes distantes, lutando para garantir uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço às instituições e associações parceiras nessa caminhada, em especial à Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais, entidade necessária e imprescindível para os movimentos sociais, com seres humanos de grande sabedoria, ética e comprometimento.

Por fim, agradeço com muito amor a meus pais, Magda e Humberto, base eterna da minha vida e de cada uma das minhas conquistas e realizações, e a Fernanda Goes, minha amiga, amante e companheira nos melhores e piores momentos.

Vida longa ao Quilombo Rio dos Macacos! Viva a luta Quilombola! Viva Zumbi! Viva Palmares!

Saudações,

Leonardo de Souza Polli.

**“POR MENOS QUE CONTEM A HISTÓRIA,  
NÃO TE ESQUEÇO MEU POVO!  
SE PALMARES NÃO VIVE MAIS,  
FAREMOS PALMARES DE NOVO!”**

## RESUMO

O processo de titulação e regularização de terras quilombolas envolve inúmeras situações conflitantes, em essência, por contrapor a necessária regularização fundiária que beneficie essas comunidades com interesses dos mais diversos setores, inclusive, relacionados às três esferas de governo. Nesse sentido, a regularização fundiária quilombola em áreas “legalmente” repassadas e pertencentes a setores militares das forças armadas é um exemplo que ilustra essa situação.

Um caso emblemático dessa situação é o que envolve a Marinha do Brasil e o Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, estado da Bahia. Foi nesse local onde três profissionais residentes da RAU+E/UFBA se inseriram para desenvolver trabalhos de assistência técnica, e elaborar produtos executáveis para o conjunto dos quilombolas desse território.

Esse trabalho final de conclusão, junto com os anexos, contam a história de como o Urbanista Leonardo de Souza Polli desenvolveu o Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais do Quilombo Rio dos Macacos, e quais serão os meios necessários para executar o produto confeccionado durante a residência, e transformar essas diretrizes preliminares em um Plano Territorial de Preservação, Gestão e Desenvolvimento Econômico e Social do Quilombo.

**Palavras-chave:** Quilombo; Marinha; Território; Diretrizes de Gestão e Desenvolvimento.

## ABSTRACT

*The process of titling and regularization of maroon land involves numerous conflicting situations, in essence, by contrast the necessary land regulation that benefits those communities with interests in various sectors, including related to the three levels of government. In this sense, the land regularization maroon in areas "legally" and passed belonging to military sectors of the military is an example that illustrates this situation.*

*An emblematic case in this situation is that involving the Navy of Brazil and the Quilombo Rio dos Macacos, in Simões Filho, Bahia. It was there where three residents professionals RAU + E / UFBA were inserted to develop service work, and develop executable products for all the Maroons that territory.*

*This final project completion, along with the attachments, tell the story of how the Urbanist Leonardo de Souza Polli developed the Preliminary Plan of Territorial Guidelines to Quilombo Rio dos Macacos, and what will be the means to run the product made during the residency, and transform these draft guidelines in a Territorial Plan of Conservation, Management and Economic and Social Development of the Quilombo.*

**Key words:** *Quilombo (Maroon); Navy; territory; Management and Development Guidelines.*

## **LISTA DE SIGLAS**

Arq. – Arquiteto(a)

AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia

CESI – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CDCN – Comissão de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FAU – Faculdade de Arquitetura

GeograFAR – Instituto GeograFAR da UFBA

Geo. – Geógrafo(a)

PPGAU – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

RAU+E – Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

Urb. - Urbanista

## SUMÁRIO

<b>1. ÁREA E COMUNIDADE.....</b>	<b>Pág. 09 a 10</b>
1.1 Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica	
1.2 Localização da área	
1.3 Endereço completo e meios de contato	
1.4 Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato	
<b>2. DESCRIÇÃO DA ÁREA, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA PARA A PROPOSTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....</b>	<b>Pág. 10 a 16</b>
2.1 Apresentação e breve contextualização	
2.2 Sustentação Conceitual do produto	
2.3 Parceiros no processo de intervenção	
<b>3. ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>Pág. 16 a 22</b>
3.1 Primeira etapa: Aproximação com a comunidade e assessorias	
3.2 Segunda etapa: Mapeamento e Reconhecimento territorial	
3.3 Terceira Etapa: Desenvolvimento da proposta individual de assistência à comunidade	
<b>4. DIRETRIZES TERRITORIAIS PRELIMINARES PARA O QUILOMBO.....</b>	<b>Pág. 22 a 25</b>
4.1 Definição da proposta	
4.2 O Objetivo Geral	
4.3 Detalhamento do projeto e Objetivos Específicos	
4.4 Justificativa do projeto	
4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento do plano de diretrizes territoriais	
<b>5. VIABILIDADE INSTITUCIONAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>Pág. 25 e 26</b>
5.1 Possibilidades de parcerias governamentais e institucionais	
5.2 Requisitos complementares para implementação do Plano de Diretrizes Territoriais	
5.3 Recomendações para o Termo de Referência	
<b>6. CRONOGRAMA PREVISTO.....</b>	<b>Pág. 26</b>
<b>7. EQUIPE TÉCNICA E ORÇAMENTO PREVISTO.....</b>	<b>Pág. 27</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>Pág. 28 e 29</b>
<b>9. LISTA DE APÊNDICES.....</b>	<b>Pág. 29</b>
<b>10. ANEXOS.....</b>	<b>Pág. 30 a 38</b>

## 1. ÁREA E COMUNIDADE

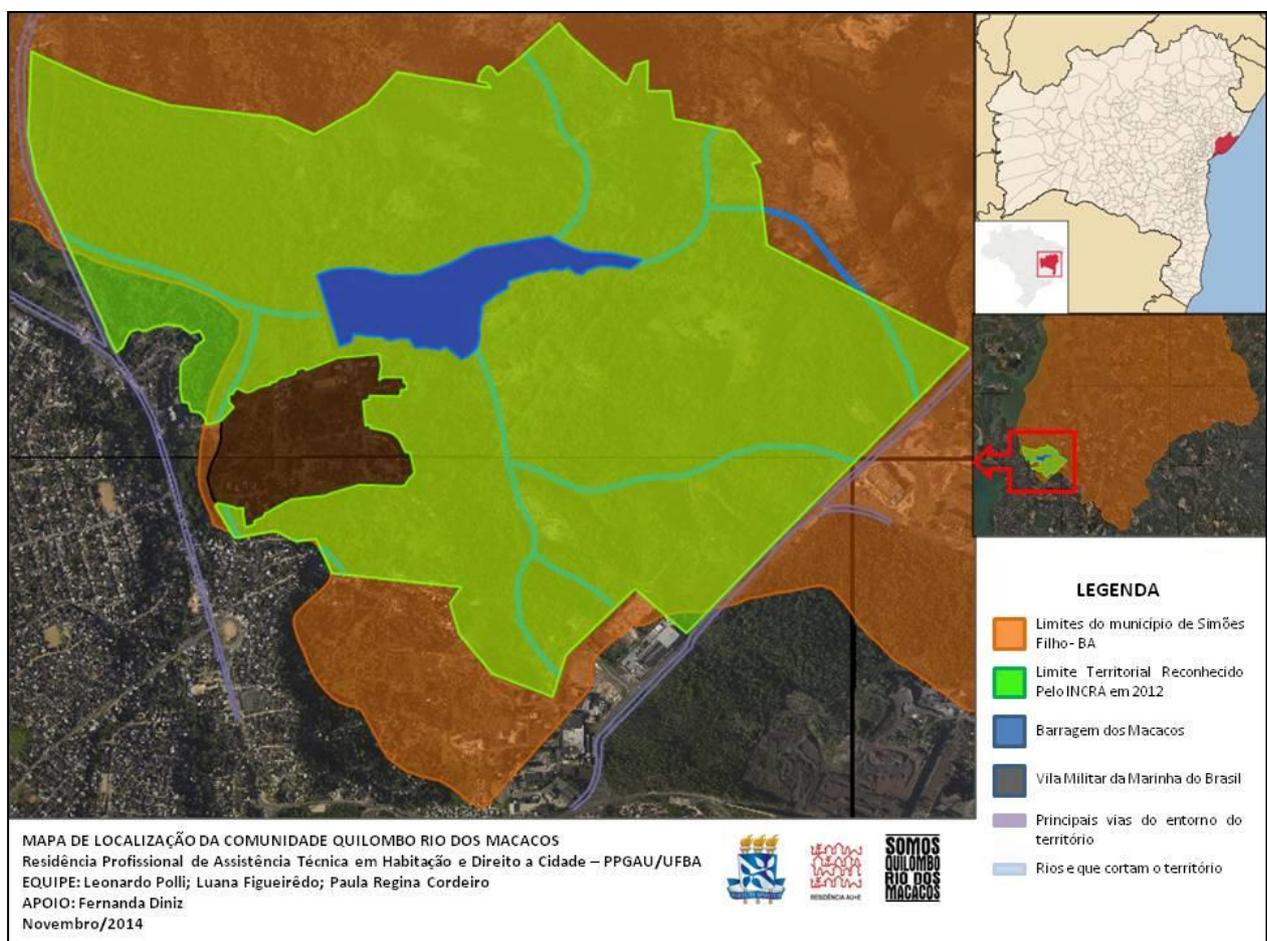
### 1.1 Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica

O presente material estabelece parceria entre a RAU+E da PPGAU/UFBA e a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, através desse produto elaborado pelo Urbanista Leonardo de Souza Polli.

### 1.2 Localização da área

O objeto de estudo, análise e proposição desse trabalho está localizado em uma região limítrofe entre os municípios baianos de Salvador e Simões Filho, especificamente na região da Base Naval de Aratu, conforme figura a baixo (FIG 1):

Figura 1: Mapa de Localização



### 1.3 Endereço completo e meios de contato

RAU+E da PPGAU/UFBA: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura da UFBA – Núcleo de Extensão. Rua Caetano Moura, nº 121, Federação, CEP: 40210-905, Salvador, Bahia. Tel: 71 – 32835896. Website: [www.residencia-aue.ufba.br](http://www.residencia-aue.ufba.br). E-mail: [residencia-que@ufba.br](mailto:residencia-que@ufba.br).

Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos: Quilombo Rio dos Macacos, acesso oficial temporário pela Vila Naval da Marinha do Brasil, Simões Filho, Bahia.

Profissional Residente: Leonardo de Souza Polli, Rua Rodolpho Coelho Cavalcante, nº 115, apt. 302, Ed Mirante do Atlântico, STIEP, Salvador, Bahia. Tel: 71 – 91484933. E-mail: lspolli@hotmail.com.

#### **1.4 Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato**

- Nome Legal: Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos
- CNPJ: 15.327.859/0001-87
- Representantes legais e lideranças comunitárias:
  - Sra. Rosimeire dos Santos Silva – Coordenadora da Associação; Tel: 71-99333581
  - Sr. Edinaldo Bispo Santos “Nadinho” – Coordenador da Associação; Tel: 71-87167530
  - Sr. José Rosalvo de Sousa “Willian” – Coordenador da Associação; Tel: 71-87376417
  - Sra. Olga L. Barbosa “Dona Olga”- Liderança Comunitária; Tel: 71-33970754
  - Sra. Olinda Oliveira dos Santos – Liderança Comunitária; Tel: 71-87167530
  - AATR – Assessoria Jurídica; Tel: 71-3329-7393, aatr.comunicacao@terra.com.br.

## **2. DESCRIÇÃO DA ÁREA, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA PARA A PROPOSTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

### **2.1 Apresentação e breve contextualização**

Em 2013 iniciou-se, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Neste inovador projeto, a atuação se dá por meio do curso de pós-graduação *lato sensu* para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, gratuito, voltado para capacitação profissional e cidadã, de forma integrada a instituições de interesse público e movimentos sociais atuantes nessa área, ampliando, assim, a inserção e o caráter social da universidade pública. Essa proposta pioneira está pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Na turma inaugural, cerca de 20 residentes, profissionais de diversas áreas, tiveram como perspectiva a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia, atividades sociais e fortalecimento comunitário. Para isso, além do curso, a Residência abrange também atividades e trabalhos de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas. Cada residente determinou sua área de intervenção, a comunidade que seria assistida com um projeto, e a metodologia participativa de intervenção. Além de entregar um produto de

assistência técnica, cada projeto é entregue para a comunidade junto com um Termo de Referência, que determina as bases para a implantação do mesmo.

No momento em que se definiam as áreas de intervenção e a formação de equipes, a esperança comum em um mundo justo e igualitário, que seja construído com os movimentos sociais e populares uniu os três membros dessa equipe. Essa proximidade na forma de ver, sentir e entender o Estado e a Sociedade foi determinante para estruturar uma equipe plural, desde as distintas formações acadêmicas até as diferentes experiências profissionais e de ativismo social. A equipe deste trabalho é então composta pela Arquiteta e Urbanista (FAU/UFBA) Luana Figueirêdo, pelo Urbanista (DCET/UNEB) Leonardo Polli e pela Geógrafa Paula Regina Cordeiro (IGEO/UFBA).

A equipe também se formou a partir de uma vontade compartilhada de tentar intervir de maneira neutra, autônoma e decisiva em um atual processo de regularização fundiária que envolve dois setores antagônicos entre si. De um lado, uma comunidade pertencente ao grupo dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, o Quilombo Rio dos Macacos. Do outro lado, a Marinha do Brasil, “braço armado da nação”.

Esse antagonismo serve para demonstrar que o processo de titulação e regularização fundiária de terras quilombolas envolvem inúmeras situações conflitantes, justamente por contrapor os interesses quilombolas com o dos mais diversos setores, a exemplo de fazendeiros, latifundiários, posseiros e, inclusive, setores das três esferas de governo, como as forças militares do país. Apesar da neutralidade na avaliação técnica, não tem como fugir da realidade e omitir o fato de que os produtos desenvolvidos por essa equipe servirão essencialmente para fortalecer uma comunidade que ficou, em grande medida, a margem de programas oficiais de assistência social e econômica, para além do fato de registrar, em seu histórico de luta pela terra, inúmeros casos de opressão, repressão e violação de diversos direitos humanos promovidos pela Marinha.

O local onde está localizado esse quilombo é uma área legalmente tombada pela União Federal, sendo hoje administrada pela Marinha do Brasil, que constrói equipamentos e desenvolve atividades desde a década de 1960, destacando-se a construção da Vila Militar a partir da década de 1970<sup>1</sup>. Cabe ressaltar que desde 2009 a Marinha está, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu.

No mês de setembro de 2011, após intensa mobilização comunitária, a Fundação Cultural Palmares certifica o Quilombo Rio dos Macacos como uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) e em novembro do mesmo ano, o INCRA inicia a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

O RTID foi apresentado à comunidade em agosto de 2012, e delimitou o território quilombola em 301 hectares. Em dezembro de 2012, a Secretaria Geral da Presidência da República apresenta a “Proposta do

---

<sup>1</sup> Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Simões Filho, Bahia, 2012.

Governo Federal para a Comunidade do “Rio dos Macacos”, e oferta de maneira oficial<sup>2</sup> 20 hectares para titulação<sup>3</sup>. Obviamente, diante dos 301 hectares identificados pelo INCRA, essa proposta do Governo Federal fora prontamente recusada pelo Quilombo, dando abertura então a novos processos de negociação.

Em outubro de 2013, o Governo Federal, através de uma nova audiência pública, fez a terceira proposta à comunidade, de 28,5 hectares. Assim como as demais propostas, essa terceira também não foi aceita, já que para a Associação de Moradores “tornam inviáveis a sobrevivência e reprodução física, econômica e cultural dos quilombolas”. Cabe ressaltar que os remanescentes de quilombos têm como principal fonte de renda o cultivo da terra, a criação de pequenos animais e o extrativismo, sendo inviável aglomerar quase 70 famílias em áreas tão reduzidas.

Apesar do aparente e relativo avanço institucional e prático, tanto na mediação, quanto na tentativa de se chegar a uma conclusão do conflito, em janeiro de 2014, duas lideranças da comunidade foram fortemente espancadas e torturadas pela Marinha do Brasil (através de alguns de seus membros, devidamente fardados e em seus postos de trabalho), no momento e que saíam do território pela única via existente: a portaria da Vila Naval. O fato fora registradas por câmeras do circuito interno de segurança dessa guarita, e fora divulgado em grandes veículos da imprensa. Processos específicos sobre esse caso seguem sendo movidos, todavia, o que é importante destacar, é que esse o fato intensificou o clima de tensão entre o quilombo e a Marinha.

Após nova onda de mobilização social, no mesmo mês em que ocorreu o recente episódio de agressão, foi autorizada a construção da estrada própria, bem como a construção do centro comunitário para os quilombolas. Foi nesse momento, resultante de diversos processos acumulados historicamente, que a equipe de profissionais residentes se inseriu no território, e passaram a acompanhar tecnicamente a comunidade.

Cabe destacar que a última proposta do Governo, feita em junho de 2014 (quando já estava em curso a assistência técnica), foi proposto 86 hectares inicialmente, que se transformaram em 104 hectares. Ambas não foram aceitas pela comunidade, e o processo de regularização fundiária segue em curso até os dias atuais.

## **2.2 Sustentação Conceitual do produto**

Entende-se por comunidades quilombolas os grupos étnicos formados não só por escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles que, agora ex-escravos, se viram obrigados a formar novos espaços

---

<sup>2</sup> Ofício n. 299/2012/AE/SG/PR.

<sup>3</sup> Já havia sido proposto antes a oferta de 7,5 hectares durante a primeira audiência pública envolvendo as partes

como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade, oficializado a partir da Lei de Terras nº 601 de 1850<sup>4</sup>.

No Brasil, fala-se em “quilombos, mocambos, terra de preto e comunidades negras rurais. Em outros países que também reproduziram relações escravagistas a partir da diáspora africana, fala-se em “palenques” (Colômbia e em Cuba), ou “cumbes” (Venezuela) e “marrons” (Haiti e demais ilhas do Caribe Francês)” (FABIANI, 2005).

Apesar do exposto, esse projeto compreende a necessidade de superar, também, o entendimento da formação quilombola apenas sobre a égide do período escravocrata brasileiro, nesse sentido o conceito de formação quilombola deve também levar em consideração a diversidade de processos que formaram os quilombos atuais, nesse ínterim:

“(…) os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção” (SHIMITT, 2002).

Esse projeto estuda o quilombo enquanto sendo “as unidades básicas de resistência da população negra, estando organizados em inúmeras formas: pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que tenha existido escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do sistema servil” (MOURA, 1987, p.24).

Assim, em consonância com o conceito antropológico já disposto, Ilka Boaventura afirma que a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada, que enfatiza os elementos de identidade e território. Ou seja, por um lado, “territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida, no caso, o quilombola”. Entretanto, pelo outro lado, “não tem como ser negado o processo político que envolve o tema, partindo do empoderamento da identidade quilombola em relação a um território”. (LEITE, 2008)

Essa dinâmica política que envolve a questão quilombola fica evidenciada quando a legislação inerente a eles deixa claro uma intencionalidade reparatória de garantir direitos territoriais, culturais e sociais que

---

<sup>4</sup> A Lei de terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Esta lei estabelecia a compra como única forma de acesso à terra. Muito embora não tenha sido revogada formalmente, considera-se que a mesma foi derogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o “Estatuto da Terra”) que trata do mesmo assunto e mantém de certa forma, diretrizes similares.

historicamente lhes foram negados. Nesse sentido, a jurisprudência relativa aos quilombolas é parte fundamental do referencial teórico desse projeto.

Segundo o INCRA, “comunidades quilombolas são aquelas que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. Conforme o artigo 2º do Decreto 4.887 de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

O Programa Brasil Quilombola que integra as ações voltadas a esses setores no âmbito do Governo Federal também fora fundamental para o embasamento teórico desse projeto. “Esse plano tem como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil e é composto por um conjunto de políticas públicas que visa principalmente a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e o enfrentamento à extrema pobreza, com a implementação de ações estruturantes” (SEPROMI, 2012). Cabe destacar também, a utilização referencial do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013 – 2015),

O amparo legal de todo esse trabalho dar-se-á a partir da Constituição Federal de 1988 e pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo decreto Legislativo nº 143/2002 e o decreto nº 5.051/2004. O fato do objeto de pesquisa desse projeto ser um quilombo localizado no estado da Bahia fez com que, também, fosse analisada a legislação estadual pertinente à questão quilombola. Para tanto, em 2009, fora instituída a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos, através do Decreto 11.850/09, que criou o Grupo Executivo Intersetorial para Quilombos e dispõe sobre a regularização fundiária e construção de Planos de Ação para Quilombos, pelo estado.

Na Bahia, em junho de 2014, o governo sancionou o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, que também dispõe sobre a garantia do acesso a terra para comunidades quilombolas. Recentemente, em novembro de 2014, o governo publicou também o Decreto 15.634/14, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em relação à legislação quilombola voltada ao procedimento de titulação de terras, já fora mencionado nesse projeto a existência do decreto 4.887 de 2003, mas, cabe mencionar também que para a abertura do processo de titulação, a própria comunidade deve se autorealizar enquanto remanescente de quilombo. Diante disso, a Fundação Cultural Palmares analisa e estuda a comunidade, e emite ao final, uma certidão sobre essa autodefinição.

Para que o INCRA inicie os trabalhos em determinada comunidade, a comunidade deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte dos trabalhos do INCRA consiste na elaboração de um

estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

Se, como dito anteriormente, o território é, para os quilombolas, elemento condicionante para a subsistência e a manutenção de seus laços culturais e tradicionais, a sua titulação e posterior posse definitiva é a garantia de que essa comunidade poderá buscar meios de seguir preservando sua cultura e o meio ambiente em que vive e produz. Além de preservar o território, a posse definitiva do mesmo também permite a uma comunidade a possibilidade de planejar suas atividades sociais e produtivas, garantindo, também, o atendimento permanente do Estado em relação às necessidades sociais e econômicas, fundamentais para uma população historicamente marginalizada e segregada.

Não há dúvidas, então, de que o processo de regularização fundiária inaugura um novo momento de relativa estabilidade para as comunidades quilombolas. Os quilombolas, ao conquistarem a posse definitiva da terra, superam legalmente a fase de resistência territorial, e começam a pensar formas e meios de garantir a preservação dos recursos naturais e da cultura étnica, a gestão de um espaço coletivo tombado pela União, e o planejamento do desenvolvimento econômico e social da população. Para tais desafios, o conhecimento do território é fundamental, já que o mesmo está diretamente ligado às possibilidades de preservação e planejamento, ou seja, esse projeto desenvolve a ideia de que quanto mais se conhece, mais se preserva e planeja um espaço.

### **2.3 Parceiros no processo de intervenção**

O processo de assistência técnica ocorreu em parceria com assessorias jurídicas e políticas que já acompanhava o Quilombo Rio dos Macacos. Nesse sentido, a equipe que foi escolhida pela comunidade para apoiá-la possuía competências que possibilitou o empoderamento de Rio dos Macacos frente a defesa de seus modos de criar, fazer e viver, conforme prevê Convenção 169 da OIT. A inserção técnica em um conflito fundiário exigiu que a equipe estivesse próxima à comunidade não apenas enquanto residentes, mas também como pessoas que associaram militância com assistência técnica.

A entrada da assistência técnica na equipe de assessorias da comunidade se deu no momento de negociação para regularização fundiária entre os quilombolas e as secretarias de Estado, através da mediação do Ministério Público Federal. Integram a equipe de assessoria política e social o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), bem como o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR- BA), que assessora juridicamente a comunidade.



Foto de Reunião entre as Assessorias do Quilombo. Fonte: Acervo da Equipe. 2014.

Outros grupos e indivíduos auxiliam a comunidade no que diz respeito aos aspectos de comunicação e divulgação da história quilombola, representado aqui por Josias Pires que está elaborando um documentário sobre a luta quilombola. Os aspectos da valorização da cultura quilombola são ressaltados através da criação teatral e artística de Luz Marques. A grande capacidade de articulação com outras organizações faz com que Rio dos Macacos faça frente ao território segregado e permaneça na luta pelo território da vida.

### **3. ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TRABALHO**

#### **3.1 Primeira etapa: Aproximação com a comunidade e assessorias**

Como foi expresso, a comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, registra uma história de violência e opressão sofrida. O conflito territorial colocou marcas da intolerância, da desconfiança e do medo no cotidiano comunitário. A atual situação é de fragilidade, o que exige um trabalho de sensibilidade maior dos residentes, no sentido de incentivar valores humanistas. Para isso, optou-se pela abordagem político pedagógica de Paulo Freire.



Foto de Reunião de conversas informais. Fonte: Acervo da Equipe. 2014.

No entendimento da equipe de residentes, os homens são seres que tem como vocação ontológica a sua humanização. Paulo Freire aponta a necessidade de ser o educador “um companheiro dos educandos”, no caso específico da residência, o técnico (residente) precisa ser companheiro dos moradores. Nesses termos, a relação técnico-morador não deve ser construída como se o técnico fosse o dono do saber, e os moradores apenas receptáculos desta técnica.

Ao considerarmos a residência como um passo importante no cenário da assistência técnica, não devemos rejeitar o seu caráter educativo no processo de assistência às comunidades, devemos buscar, portanto, em nossas intervenções uma libertação autêntica dos grupos humanos envolvidos (tanto técnicos, como moradores), entendendo-os os moradores do Quilombo Rio dos Macacos como sujeitos da assistência técnica e não meros objetos. Nas palavras de Paulo Freire: “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, 2011, p.93).

Propusemos algo como “Assistência técnica problematizadora ou libertadora”, nos moldes estabelecidos por FREIRE (2011) no qual, se referindo à educação, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O fundamento dessa concepção é que o “técnico já não é o que impõe a técnica, mas enquanto desenvolve o trabalho, é educado, em diálogo com os moradores que, ao entrarem em contato com a técnica também educam.” Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Essa concepção, porém, não apaga a diferença de conhecimentos entre os sujeitos do processo de assistência técnica participativa, apenas elimina argumentos de autoridade e de verticalidade entre os técnicos e os moradores.

Propusemos algo como “Assistência técnica problematizadora ou libertadora”, nos moldes estabelecidos por FREIRE (2011) no qual, se referindo à educação, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O fundamento dessa concepção é que o “técnico já não é o que impõe a técnica, mas enquanto desenvolve o trabalho, é educado, em diálogo com os moradores que, ao entrarem em contato com a técnica também educam.” Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Essa concepção, porém, não apaga a diferença de conhecimentos entre os sujeitos do processo de assistência técnica participativa, apenas elimina argumentos de autoridade e de verticalidade entre os técnicos e os moradores.

No nosso caso específico, já existem metodologias com as quais a comunidade se identifica, como: reuniões ampliadas em círculo, teatro de rua, dança, memoriais da trajetória de luta etc. Outras metodologias como a técnica do mapa mental, teatro do oprimido, Roda de escuta, diálogo, biomapas, entre outras foram utilizadas e desenvolvidas no sentido de fortalecer o empoderamento comunitário-quilombola, e o entendimento de qual seria o nosso papel durante o processo de assistência técnica.

Durante o processo de aproximação, serão realizadas leituras sobre comunidades tradicionais e quilombolas, oficinas no sentido de sistematizar a memória do lugar e a história dos antigos, já que nas atividades desenvolvidas com a comunidade pode-se detectar a memória viva dos antigos e do território. Outro esforço será o de mandar a unidade comunitária no processo de divisão territorial. As oficinas, entrevistas e demais ações deverão ser definidas no andamento do projeto, a partir das expectativas e necessidades da comunidade.

No processo de aproximação com a comunidade e suas lideranças foi indispensável o contato com organizações que já desenvolvem atividades como a AATR, a CPP, o SAJU e grupos que desenvolvem oficinas de teatro e dança. Foi também necessário a aproximação com a cultura local: artesanato, extrativismo ambiental, criação de animais, fábrica de pequeno porte (fabricação de farinha), no sentido de valorizar a identidade local.

### **3.2 Segunda etapa: Mapeamento e Reconhecimento territorial**

Os mapeamentos foram realizados para aproximar a equipe com a comunidade e o seu território, subsidiando tecnicamente o desenvolvimento dos produtos individuais. Foi realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender melhor as relações da cartografia, mapeamento e territorialidade quilombola, tendo como referência o trabalho do geógrafo Rafael Sanzio de Araújo do Anjos sobre cartografia quilombola, instrumentalizando a equipe com preciosos conceitos para a compreensão da territorialidade desta comunidade.

A terra constitui a base geográfica fundamental da manutenção da comunidade e coletividade. Nesse sentido a territorialidade se apresenta como um esforço coletivo do grupo social para firmar a sua

ocupação, manter seu ambiente e definir o território. A territorialidade é específica de cada comunidade, das então diferentes formas como ela se relaciona com seu território, sua base física, sua terra.

Dentro deste conceito estão agregados sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como seu limite, a sua fronteira. Individual ou coletivo a apropriação do espaço pode não possuir limites necessariamente físicos, mas até onde a comunidade possui influência. Outro componente relevante é a gestão e manutenção do território. Este em si é um fato espacial e social, secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, com referências culturais e simbólicas da população, grupo ou comunidade.

Desta forma o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento ao território com uma origem comum. Esse tipo de estrutura espacial possui historicamente conflitos com o sistema dominante, exigindo dessas estruturas a organização de uma instituição de auto afirmação política, social, econômica e territorial.

Os mapas, principais produtos da cartografia, buscam representações e interpretações gráficas do mundo real, um instrumento para auxiliar na busca de um conhecimento espacial. Lembrando que o mapa não é o território, mas que neles estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território, revelando o que acontece na dinâmica do espaço.

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensitivos, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território.



Confecção de Mapas sensitivos e Memoriais. Fonte: Acervo da Equipe. 2014.

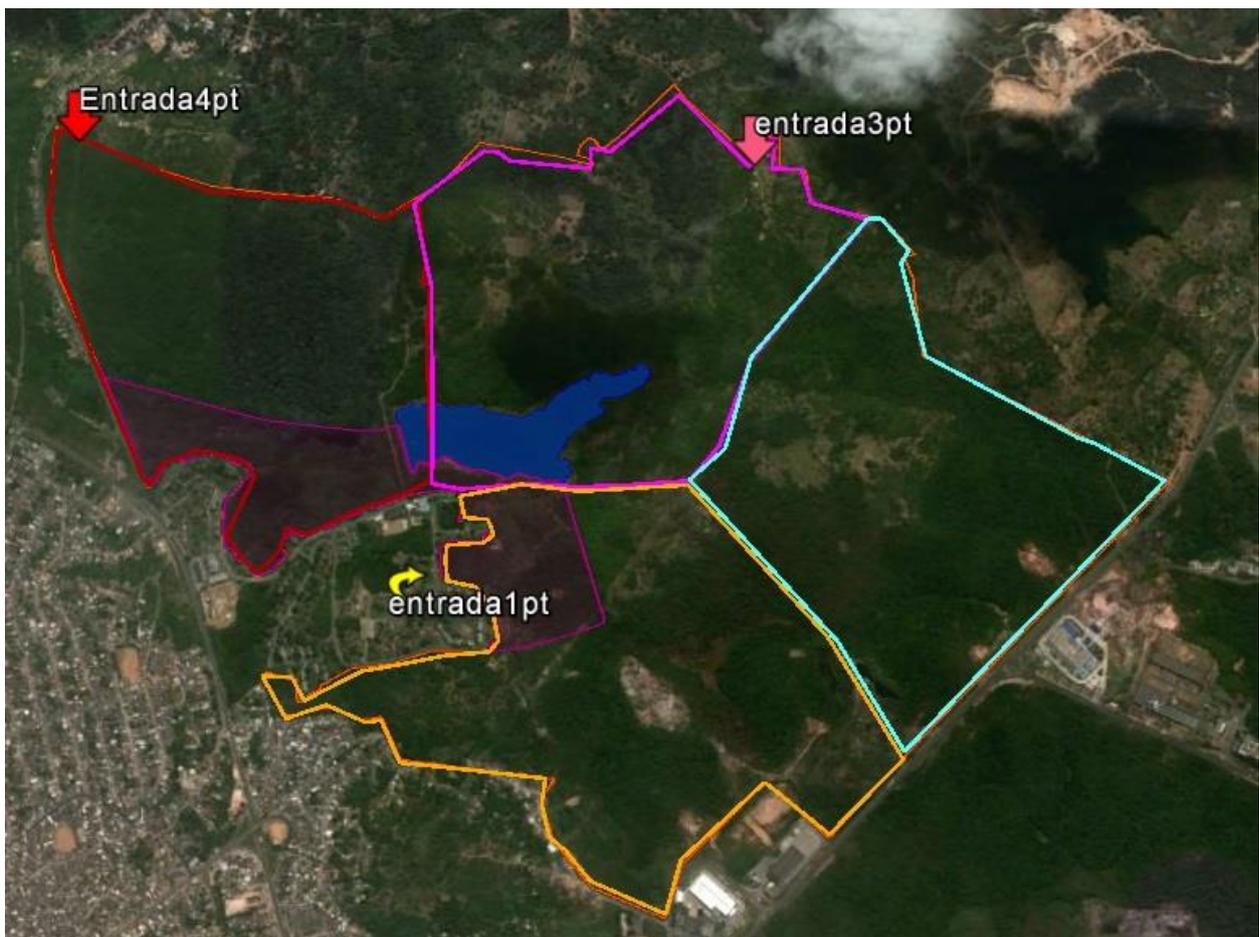
Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do etnomapeamento é um “repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem. Se usada como

ferramenta de planejamento, pode ainda possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões”. (ATAIDE, 2005).

Por conta disso, esse anteprojeto ressalta que ao se georreferenciar os dados espaciais coletados a partir do etnomapeamento em bases cartográficas e ortofotos que permitam a visualização de diversos aspectos do território, é possível criar um cadastro das informações geográficas, e diversos mapas temáticos capazes de auxiliar a preservação e o planejamento do espaço.

O etnomapeamento é a garantia de colocar os quilombolas no centro de todo esse processo, do cadastramento até o empoderamento comunitário das cartas geográficas geradas. Como afirma Rafael Sanzio, “Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas nos produtos da etnocartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que poderá acontecer no território” (ANJOS, 2006, 338).

Para essa segunda etapa, por tanto, o território quilombola – 301 hectares reconhecidos pelo INCRA e pela Comunidade – foi dividido em quatro macro áreas, apresentado na figura a baixo, sendo previamente definidos pontos que seriam coletados em campo, referentes a cursos hídricos; núcleos habitacionais e áreas de roçados – atuais e antigos; principais pontos de atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo; espaços sagrados e usos coletivos.



Divisão para trabalhos de campo. Fonte: Acervo da Equipe. 2014.

Essas visitas foram realizadas juntamente aos moradores da comunidade, com auxílio do Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS). Nessa etapa foram coletadas as coordenadas geográficas, tanto dos pontos definidos por nós e pela comunidade, mas também a partir de memórias territoriais próprias, quanto os frutos da espontaneidade perceptiva dos trajetos.



Fotos de caminhadas para trabalho de campo. Fonte: Acervo da Equipe. 2014.

Ao final das visitas, foi feito a sistematização dos dados obtidos em campo, consolidando essa etapa na geração de um Relatório de Síntese e Diagnóstico do Quilombo Rio dos Macacos, bem como, na elaboração de mapas sínteses sobre o território. Esse material produzido, anexado a esse trabalho de conclusão, foi fundamental para o entendimento do território e para a elaboração dos trabalhos individuais que seriam desenvolvidos, sendo recepcionado pela comunidade de maneira muito positiva.

### **3.3 Terceira Etapa: Desenvolvimento da proposta individual de assistência à comunidade**

A partir das análises realizadas coletivamente, cada profissional pôde então, dentro da sua especialidade, dialogar diretamente com a comunidade para a definição dos produtos específicos para a conclusão do processo de Assistência Técnica. Muito importante frisar, que a relação construída com a comunidade durante todo o processo de aproximação, reconhecimento e mapeamento, confluía naturalmente para a união de ideias e intenções nesta última etapa, sendo os objetos desenvolvidos “exatamente o que estávamos pensando”. Nesse sentido, as proposições ao território foram:

Urbanismo: Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo

Geografia: Diretrizes Produtivas do Quilombo

Arquitetura: Projeto Semente do Centro Comunitário

## **4. DIRETRIZES TERRITORIAIS PRELIMINARES PARA O QUILOMBO RIO DOS MACACOS**

### **4.1 Definição da proposta**

Através de oficina realizada – onde o relatório está anexado a esse trabalho – intitulada de “O que queremos do Urbanista”, ficou nítido a gama gigantesca de necessidades que essa comunidade, cercada historicamente de direitos sociais e ações do poder público, possuem. Nesse sentido, faz-se necessário exigir do poder pública a concretização de ações voltadas a colaborar no desenvolvimento social e econômico dessa comunidade. Diante disso, e a partir da sensibilidade técnica, ficou decidido, de maneira participativa e colaborativa, que o profissional residente faria uma espécie de “plano inicial” para a organização territorial.

Esse plano seria construído a partir do que fora coletado de informações durante todo ano, desde o ponto de vista cartesiano e geográfico, até as necessidades relatadas em oficinas, reuniões e conversas informais sobre o atual cenário do território e as perspectivas futuras para o mesmo.

Nesse sentido, foi construído, através de novas oficinas e reuniões, um “plano” inicial de Gestão, Preservação e Planejamento do território quilombola de Rio dos Macacos, apresentado em dezembro de 2014 na FAU/UFBA, e que agora, apresenta nesse documento, as bases necessárias para desenvolver no próximo período um plano de diretrizes territoriais do território.

### **4.2 O Objetivo Geral**

O objetivo da construção e sistematização das “Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos” consiste em fortalecer o atual cenário em que a comunidade se encontra, e fornecer à comunidade um instrumento que impulse as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, com base nas tradições quilombolas. Ao ter suas terras tituladas, independentemente da quantidade de hectares

que será demarcada – processo que segue em curso -, a comunidade já está garantida no seu território e pode, a partir disso, organizar, planejar e gerir o seu território e suas atividades, com vistas a se desenvolver politicamente, economicamente e socialmente.

Nesse sentido esse “plano inicial de diretrizes” funciona como um catalisador e um impulsionador dessa demanda, já que o mesmo reúne boa parte da “pauta” dispersa das necessidades e exigências da comunidade para com o poder público.

Por conta disso, o objetivo geral aqui exposto consiste em seguir desenvolvendo esse plano inicial, agora, a partir de um Termo de Referência e um Projeto de Cooperação entre os atores envolvidos.

#### **4.3 Detalhamento do projeto e Objetivos Específicos**

Cabe destacar que o projeto preliminar de diretrizes, que fora apresentado na FAU/UFBA, segue a orientação de alguns eixos que captados a partir das necessidades relatadas durante as reuniões e oficinas de construção da proposta. O painel utilizado na apresentação, anexada a esse trabalho, ilustra melhor esse processo, entretanto, aqui detalhar melhor sobre os eixos já embasados na proposição preliminar das diretrizes:

##### **Diretrizes preliminares de organização coletiva**

Nesse eixo, a ideia é desenvolver a estrutura basilar da organização comunitária, utilizando o estatuto da Associação de moradores como referência, mas ampliando a capacidade de envolvimento da comunidade como um todo. A ideia central desse eixo é pensar a necessidade de se especializar cada atividade, e que cada atividade seja percebida enquanto instrumento de gestão, sendo coordenada por algum membro da comunidade.

##### **Diretrizes preliminares de atividades e espaços coletivos**

Dividida em quatro eixos – a constar: Organização; Educação; Cultura, esporte e lazer; Saúde – esse eixo de diretrizes tem como finalidade construir um plano de necessidades e de possibilidades de superação das mesmas (desde exigência do poder público até ações da própria comunidade). Mais do que isso, é fundamental que se adense todos os espaços do território com atividades que sejam basilares para desenvolver economicamente e socialmente o quilombo.

##### **Diretrizes preliminares de habitação**

É necessário se traçar um plano imediato de habitação para o território de reforma e construção de habitações populares que respeite a tradição, os costumes e a cultura da comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Para além disso é necessário desenvolver um zoneamento territorial que reflita o retorno imediato das famílias que foram expulsas pela Marinha do Brasil e que estão cadastradas no RTID da comunidade. Cabe ressaltar que as habitações devem cumprir a função social da moradia, mas devem estar relacionadas com um projeto de drenagem, saneamento, iluminação e abastecimento de água.

### **Diretrizes preliminares de macro e micro acessibilidade, e segurança territorial**

Como já relatado, o problema dos acessos é algo latente em uma comunidade que necessita passar por todo o tipo de constrangimento com oficiais da Marinha para poderem acessar as suas casas e roças. Para além de um repulsivo ataque aos direitos humanos e a dignidade, essa situação simplesmente funciona como um estaque para o desenvolvimento territorial do Quilombo.

Nesse sentido, apesar de ter sido dito por órgãos oficiais sobre a intencionalidade de se construir um acesso independente, é necessário se pensar no quilombo e no contexto externo da comunidade, construindo diretrizes de micro e macro acessibilidade, que pense no envolvimento do território com o entorno, mas que também funcione como um instrumento que auxilie no desenvolvimento e preservação da área.

### **Diretrizes de acesso aos recursos naturais do território, e desenvolvimento produtivo**

Nesse eixo fundamental para o desenvolvimento que a colega de equipe e geógrafa Paula Regina Cordeiro se debruçou em desenvolver e apresentar diretrizes preliminares. Nesse sentido, esperasse desenvolver um trabalho conjunto com o que fora produzido e confeccionado pela mesma, para que, de forma cooperada, se construa um plano completo de diretrizes territoriais.

#### **4.4 Justificativa do projeto**

Inicialmente, justifica-se a escolha desse projeto pela relevância que o mesmo tem alcançado no atual cenário de desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender e discutir as necessidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista territorial, considerando o reconhecimento e a titulação de terras aos grupos remanescentes de quilombo, cabe reforçar que ainda estamos diante de um estágio inicial dessa política de reparação social, existindo assim, um longo caminho a ser percorrido, o que reforça e impulsiona a iniciativa de estudos e elaborações sobre o tema.

Apesar de inicial, alguns estudos produzidos já demonstraram ser eficientes no objetivo de contribuir para o processo de titulação de terras, propondo metodologias, análises e diretrizes que fundamentaram a ação de órgãos públicos e programas sociais afeto aos quilombolas. Essa contribuição decisiva fortalece a necessidade de elaborar e propor elementos sobre o tema, principalmente diante da especificidade do Quilombo Rio dos Macacos, que envolve a ocupação de uma comunidade remanescente quilombola em áreas militares do Brasil, matéria que ainda possui pouca análise científica. Sobre isso, esse projeto também se justifica pela necessidade de preencher essa lacuna bibliográfica e literária.

Do ponto de vista inerente ao quilombo Rio dos Macacos, esse trabalho contribuirá com o atual cenário que o mesmo está inserido, já relatado nesse projeto. O trabalho participativo, baseado no etnomapeamento e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, apresentará para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, fazendo com que a área seja empoderada e compreendida pelos mesmos, tornando-os extremamente habilitados para poder, sobretudo tecnicamente,

tomar decisões referentes à organização e o planejamento de seu território. Estabelecer esta relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional é um desafio fundamental para que se possam obter bons resultados em um planejamento que venha a envolver comunidades quilombolas.

Para além do que já fora exposto, o tema e a área escolhida se justificam pela necessidade de se dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos por esse autor junto à comunidade quilombola em questão. Através da Residência Técnica o mesmo está inserido há mais de um ano na comunidade, e vem acompanhando todo o recente processo de regularização fundiária enquanto assistente técnico, auxiliando, de maneira participativa e cotidiana, no processo de confecção e estruturação gestora do centro de referência comunitária do Quilombo Rio dos Macacos.

Essa aproximação sensível com a comunidade, o projeto desenvolvido enquanto assistente técnico, o olhar crítico enquanto técnico-pesquisador e o grande arcabouço de dados quali-quantitativos já coletados em campo certamente motivaram a construção desse projeto. Cabe destacar, por fim, que o tema a ser desenvolvido é algo necessário e requisitado pelas próprias lideranças da comunidade, assim como, orientado pelos tutores da Residência.

#### **4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento do plano de diretrizes territoriais**

Certamente todo o material desenvolvido e entregue para a RAU+E/UFBA e para a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, assim como as mídias, mapas e documentos informalmente elaborados constituem uma base de dados quali-quantitativos capazes de, inicialmente, seguir desenvolvendo o plano final de diretrizes territoriais para os primeiros cinco anos de permanência garantida do território.

Todavia, em que pese o acúmulo material, faz-se necessário aprofundar bastante nas elaborações, aprimorando os diagnósticos, e elaborando um plano completo de diretrizes territoriais de preservação, gestão e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, a contratação de pessoal, a aquisição de materiais e recursos disponíveis na prestação de serviços serão de suma importância.

Para isso, desenvolve-se, a seguir, os próximos eixos de intervenção, desenvolvimento e implementação do projeto de construção do Plano de Diretrizes Territoriais do Quilombo Rio dos Macacos.

### **5. VIABILIDADE INSTITUCIONAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA**

#### **5.1 Possibilidades de parcerias governamentais e institucionais**

Para dar prosseguimento ao trabalho, certamente será decisivo o acúmulo de forças nesse processo, para isso, instituições oficiais do Estado, pela necessidade reparatória e pela própria obrigação do poder público, serão procuradas para financiar esse projeto, assim como, assessorias do movimento e

instituições e órgãos que, via edital, financiam projetos apresentados pelos movimentos sociais, como por exemplo, a CESI.

Nesse sentido, a SEPROMI, a CDCN, o INCRA e outras instituições do governo serão procuradas para apresentação dessa proposta, e discussão sobre os possíveis meios de financiamento da execução desse plano. Para além disso, faz-se necessário fortalecer vínculo com a FAU/UFBA, no sentido de garantir a presença de bolsistas de iniciação científica na construção e elaboração do plano.

## **5.2 Requisitos complementares para implementação do Plano de Diretrizes Territoriais**

Esse plano terá o prazo de seis meses para ser construído, desde o diagnóstico até a elaboração das linhas diretivas gerais.

Para além do prazo de seis meses para confecção do plano, o mesmo terá validade e será previsto para abarcar o desenvolvimento econômico e social da comunidade para os próximos cinco anos, necessitando ser reavaliado e reestruturado no momento posterior a esse período.

## **5.3 Recomendações para o Termo de Referência**

Como mencionado anteriormente, o termo de referência será basicamente composto pela contratação de pessoal, aquisição material de instrumentos imprescindíveis para a realização desse trabalho e, disponibilização de recursos financeiros para custear deslocamentos, alimentação, viagens e demais serviços necessários para a construção do plano.

O mesmo termo deverá se readequado a partir das exigências/necessidades que o órgão financiador do projeto disponha, porém, o mesmo não pode se submeter politicamente a nenhum órgão ou instituição que, por ventura, venha a financiar esse projeto, devendo se mantida a independência dos profissionais contratados e das opiniões e necessidades apontadas pela comunidade, dando todos os créditos cabíveis a(as) às instituições financiadoras desse projeto.

Por fim, todos os recursos que venham a ser disponibilizados deverão ser devidamente comprovada, tanto na entrada, quanto na saída de verbas, através de recibos, notas fiscais e contratos, garantido a idoneidade do projeto.

## **6. CRONOGRAMA PREVISTO (PRAZOS PARA PRÓXIMA ETAPA DE EXECUÇÃO)**

O cronograma previsto para implementação desse plano segue anexado a esse projeto, reforçando que o mesmo terá o prazo de 6 (seis) meses para a conclusão de seus trabalhos, a contar do primeiro dia da assinatura do termo de referência firmado junto a algum órgão ou instituição financiadora, podendo ser adiado o prazo final de conclusão e entrega em mais 3 (três) meses, a partir de justificativa plausível para o mesmo.

Apesar de ser um tempo relativamente alto para a confecção de um plano de diretrizes territoriais para uma área de possíveis 301 hectares e menos de 70 famílias cadastradas no RTID, o mesmo se justifica por

se tratar de uma comunidade pertencente ao grupo dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e que, por isso, necessitam de mais esforços humanos, cronológicos e financeiros para poderem ter seus plenos direitos públicos, econômicos e sociais garantidos.

## **7. EQUIPE TÉCNICA E ORÇAMENTO PREVISTO**

O orçamento previsto para o desenvolvimento do plano territorial segue a planilha de custos anexada a esse relatório, e fora orçado em R\$.

Como mencionado anteriormente, todos os recursos deverão estar em plena consonância com a ética e a idoneidade da equipe diretiva de execução desse trabalho, devendo ter todos os seus gastos devidamente justificados através de recibos, notas fiscais, extratos bancários e prestações trimestrais de contas.

Qualquer recurso que fique disponível e que não venha a ser utilizado no projeto de implementação do plano deve ser revertido na construção/reforma/compra de material de algum equipamento comunitário do Quilombo Rio dos Macacos, ou ser integralmente devolvido à instituição financiadora, a partir do que ficar disposto no contrato a ser celebrado.

## 8. Referências Bibliográficas

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil**. Africana Studia, n. 9, p. 337-355, São Paulo, 2006.
- ATAIDE, Marcos Sebastião. **Aplicações da Etnocartografia**. 2005. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFMA, Manaus, 2005.
- ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. **A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão**. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.
- CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. **Fundamentos do Geoprocessamento: Conceitos Básicos em Ciência da Geoinformação**. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap2-conceitos.pdf>. Capturado em 09/10/2014 às 14:07 horas.
- CHAPIN, Mac et alli. **Mapping Indigenous Lands**. Annu. Rev. Anthropol. 2005
- DENNISTON, Derek. **Defending the Land with Maps**. 1994 World Watch. January/February. Disponível em <http://www.iapad.org/publications/ppgis/Tese-Cloude-72a.pdf>, acessado em 07 de novembro de 2014.
- FABIANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GEOGRAFAR. Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Relatório Técnico n.01/2012**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Relatório do Quilombo Rio dos Macacos.
- HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). **Maps of, by and for the Peoples of Latin America**. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Salvador, 2012.
- LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola; desafios, conquistas e impasses atuais**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008.
- LOCH, Carlos. **A Realidade do cadastro Técnico Urbano No Brasil**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5357-5364.
- METTIG-ROCHA, Heliana Faria. **Visualização Urbana Digital: Sistema de informações geográficas e históricas para o bairro do comércio – Salvador**. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3º Ed; São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Racismo**. IN: RATTTS, Alex. **Eu Sou Atlântica: sobre a trajetório de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

PAULSTON, R. G. (Comp.) **Social cartography: mapping ways of seeing social and educational change**. New York: Garland, 1996.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. **Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Residência AU+E. PPGAU/UFBA, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.

SCHMITT, Alessandra. **A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas**. Ambiente&Sociedade, Ano V, N°10, 2002.

SMITH, Derek A. 2003. **Participatory Mapping of Community Lands and Hunting Yields Among the Buglé of Western Panama**. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Programa Brasil Quilombola**. Governo Federal, Relatório de 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015**. Brasília, Governo Federal, 2013.

## **9. LISTA DE APÊNDICES**

Junto com as duas vias desse projeto, uma destinada a doação para comunidade, e a outra para registro na RAU+E/UFBA, e dos anexos que se seguem, esse trabalho possui como apêndice, que serão arquivadas na RAU+E/UFBA para posteriores utilizações, respeitando a propriedade intelectual:

- i. Plano de Trabalho**
- ii. Relatório de Síntese e Diagnóstico**
- iii. Relatório de Descrição dos Pontos Registrados em Campo**
- iv. Quatro Mapas Síntese do território**
- v. Pranchas Utilizadas para a apresentação na UFBA em Formato A3**
- vi. Uma mídia digital com as plantas**
- vii. Uma mídia digital com fotos do processo de intervenção**

## 10. ANEXOS

### ANEXO 1: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
<b>ETAPA 1</b>							
<i>1- Sistematização das informações quali-quantitativas do território e da composição social do Quilombo</i>	Prazo em dias	15 dias					
<b>ETAPA 2</b>							
<i>2-Levantamentos cadastrais e topográfico. Realização de oficinas, debates e visitas a campo</i>	Prazo em dias		60 dias				
<b>ETAPA 3</b>							
<i>3- Legislação Urbanística Específica, análise de outros planos e projetos desenvolvidos e realização de oficinas específicas e setoriais na comunidade para o desenvolvimento dos eixos do plano</i>	Prazo em dias			90 dias			
<i>4- Complementação de informações e avaliação, reuniões de construção e sistematização das informações, construção de bases cartográficas de síntese e finalização do diagnóstico geral da área</i>	Prazo em dias			90 dias	150 dias		
<i>5- Consultorias complementares em temas que necessitem auxílio de professores, estudantes e organizações sociais</i>	Prazo em dias				150 dias		180 dias
<i>6- Elaboração participativa, finalização, apresentação e oficialização do Plano de Diretrizes Territoriais para o Quilombo Rio dos Macacos</i>	Prazo em dias				150 dias		180 dias

**ANEXO 2: PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CONTRATAÇÃO DE EQUIPE**

<b>Formação/Função</b>	<b>Nível</b>	<b>Atribuições</b>	<b>Tempo mínimo de formação</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Tempo de Trabalho (semanais)</b>	<b>Valor Previsto (mês)</b>	<b>Valor total (seis meses)</b>
Arquiteto ou Urbanista, com título mínimo de especialização	Especialista, Coordenador da equipe de elaboração do plano	Coordenação de estudos e projetos multidisciplinares, englobando especialmente as disciplinas descritas nas atividades objeto do contrato – a exemplo de elaboração de planos diretores, projetos urbanísticos, elaboração das diretrizes. Além dos trabalhos inerentes a profissão, o mesmo será o responsável jurídico, legal e financeiro durante todo o desenvolvimento do projeto.	Dois anos, devendo estar registrado no conselho de classe competente.	01	20 horas	R\$ 2.500 (Com base no último edital de seleção Ministério Público do Estado da Bahia para essa função 40horas)	R\$15.000,00
Assistente Social ou Socióloga	Coordenadora das ações e atividades pedagógicas	Participação de planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária.	Não exigida, porém deve ter experiência na área.	01	20 horas	R\$1.800,00	R\$10.800,00
Técnico com especialização em topografia, geoprocessamento ou similares	Especialista em cartografia ou georeferenciamento	Realização de levantamentos de campo, sistematização de dados cartográficos e auxílio na elaboração de mapas e plantas	Não exigida, porém deve ter experiência na área.	01	10 horas	R\$1.500,00	R\$9.000,00
Estagiários de geografia, ciências sociais, urbanismo, arquitetura ou direito.	Estagiários	Auxiliar no desenvolvimento e construção do Plano de Diretrizes Territoriais do Quilombo Rio dos Macacos	Não se aplica. Seleção aberta na Universidade	02	20 horas	R\$600,00 para cada, perfazendo R\$1.200 mensais	R\$7.200
<b>CUSTOS TOTAIS DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA</b>				-	-	<b>R\$7.600,00</b>	<b>R\$42.000,00</b>

### ANEXO 3: PREVISÃO TOTAL DE CUSTOS

<b>Detalhe do custo</b>	<b>Valor Previsto (mês)</b>	<b>Valor total (seis meses)</b>
Contratação de Pessoal	R\$7.600,00	R\$42.000,00
Custos Operativos com compra de materiais, impressões de plantas e mapas, transporte, combustível e alimentação	R\$2.000,00 (Previsão)	R\$12.000,00 (Previsão)
Consultorias Projetuais	Pretende-se estabelecer parcerias com Universidades, instituições e assessorias do movimento	Zero
<b>TOTAL</b>		<b>R\$54.000,00</b>

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo é de R\$54.000,00, conforme valor estimado nos anexos 2 e três.

Os preços propostos devem incluir todas as despesas diretas e indiretas necessárias á completa prestação dos serviços, a exemplo de deslocamento, materiais, força de trabalho, equipamentos, instrumentos, taxas, impostos, seguros e contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, etc, e devem ser melhor especificados no momento de celebração do contrato entre o proponente desse projeto e a entidade financiadora.

**ANEXO 4: PARECER DA BANCA SOBRE O PROJETO DE DIRETRIZES TERRITORIAIS PRELIMINARES DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS, BASE PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE

PARECER SOBRE EXAME DE TRABALHO FINAL

NOME DO RESIDENTE <b>LEONARDO DE SOUZA POLLI</b>	LOCAL	DATA <b>09.12.2014</b>
TÍTULO DO TRABALHO <b>DIRETRIZES TERRITORIAIS PRELIMINARES DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS</b>		

I - AVALIAÇÃO DO PROJETO NA TEMÁTICA DA ESPECIALIZAÇÃO (50%)  
(Professor Credenciado/Membro Interno e Profissional Convidado/Membro Externo)

CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS:

- 1 - Integração à proposta coletiva, à comunidade e à cidade
- 2 - Relevância da abordagem teórico-conceitual e metodológica
- 3 - Consistência das definições técnicas e tecnologias utilizadas
- 4 - Originalidade, criatividade e inovação
- 5 - Adequações à realidade e exequibilidade do projeto

ATRIBUIÇÃO DE NOTA PARA O ITEM I (de 0 a 10): 10 (DEZ)

II - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (50%)  
(Tutor/Co-Tutor, considerando depoimento(s) da comunidade e/ou instituição participante)

CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS:

- 1 - Processo participativo da assistência técnica desenvolvida
- 2 - Comprometimento profissional do residente
- 3- Contribuições das oficinas e sub-produtos desenvolvidos
- 4- Pertinência do projeto à demanda da comunidade
- 5- Desdobramentos e efetividade para a comunidade

ATRIBUIÇÃO DE NOTA PARA O ITEM II (de 0 a 10): 10 (DEZ)

NOTA FINAL – MÉDIA DOS ITENS AVALIADOS (de 0 a 10): 10 (DEZ)

1/2



## **ANEXO 5: METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO**

### **METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO**

#### **Datas:**

##### Reconhecimento de campo:

Reconhecimento territorial de contato:

Campo 1 - 14/02/2014 - Pontos no GPS analógico

Reconhecimento do Entorno:

Campo 02 – 18/05/2014 - - Pontos 00 ao 30.

Reconhecimento Área 01:

Campo 03 - 25/05/2014 - Pontos 31 ao 61.

Campo 04 - 01/06/2014 - Pontos 64 ao 90.

Reconhecimento Área 02:

Campo 05 - 13/06/2014 - Pontos 92 ao 125.

Reconhecimento Área 03:

Campo 06 - 29/06/2014 - Pontos 126 ao 164.

Complemento do campo 06 - 21/07/2014 - pontos do celular

Reconhecimento Área 04:

Campo 7.01 - 21/07/2014 - Pontos 165 ao 186

Campo 7.02 - 28/07/2014 - Pontos 187 ao 239.

#### **Objetivos específicos:**

1. Levantamento de campo para reconhecimento da área e do uso real feito pela comunidade, todos junto com os moradores, baseado na identificação dos seguintes pontos:
  - a. Cursos hídricos
  - b. Núcleos habitacionais e áreas de roçados – atuais e antigos
  - c. Principais pontos de atividades agrícolas, pecuárias e extrativista
  - d. Espaços sagrados
  - e. Usos coletivos
2. Apresentação do Mapa de Diagnóstico realizado e auxiliar no empoderamento da comunidade de seu território
3. Definição dos projetos de Assistência Técnica a partir das demandas levantadas e da viabilidade de execução pela comunidade

## Metodologia

Como etapas metodológicas para a elaboração desse relatório destacam-se quatro momentos, a caracterização geral da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, o zoneamento da área à ser percorrida, as visitas de campo e por fim a sistematização destes campos através de relatório. O primeiro diz respeito à coleta de dados e informações a fim de se realizar uma caracterização prévia e geral sobre a comunidade em questão. Dessas informações foi dado ênfase aos dados contidos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID-INCRA), no Relatório do GeografAR- UFBA e em outros documentos produzidos no processo judicial. Nessa etapa do trabalho foi realizada a coleta e escolha do material cartográfico de base.

Para a segunda etapa o território quilombola – 301 hectares reconhecidos pelo INCRA e pela Comunidade – foi dividido em quatro macro áreas (mapa 1), sendo previamente definidos pontos referentes a cursos hídricos; núcleos habitacionais e áreas de roçados – atuais e antigos; principais pontos de atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo; espaços sagrados e usos coletivos. Essa etapa foi basilar para o passo seguinte: visitas a campo (etapa 3).

Macro áreas - Quilombo Rio dos Macacos



Essas visitas foram realizadas juntamente aos moradores da comunidade, com auxílio do Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS). Nessa etapa foram coletadas as coordenadas geográficas, tanto dos pontos definidos por nós, pela comunidade, a partir de memórias territoriais próprias, quanto os frutos da espontaneidade perceptiva dos trajetos.

Ao final da etapa 3, fora realizada a sistematização dos dados obtidos em campo, consolidando a etapa 4 através da geração do Relatório Final de Campo da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Este relatório será utilizado para elaboração de produtos cartográficos e de reconhecimento do território.

## ANEXO 6: SISTEMATIZAÇÃO DA OFICINA: “O QUE QUEREMOS DO URBANISTA”

### Oficina no Quilombo Rio dos Macacos

**Nome da Oficina:** Oficina o que queremos do Urbanista!

**Data:** 11/10/2014    **Horário:** 14 as 18h

**Objetivo:**

Definir o produto de assistência técnica de urbanismo.

**Participantes:**

Leonardo Polli e comunidade.

**Metodologia:**

Relembrarei, inicialmente, que a primeira e a segunda etapa do projeto já foram cumpridas, e que a parte de sistematização dos mapas e do diagnóstico da comunidade já estão em fase de conclusão. Lembrarei também que essa parte do trabalho foi feita de maneira coletiva, juntando todos os outros membros da equipe de intervenção da Residência (Luana e Paula).

Reforçarei que, na última semana, Luana e Paula definiram seus trabalhos com a comunidade, mas que, ainda falta definirmos outra perspectiva de projeto. Nesse sentido, apresentarei o que eu penso e que estou habilitado a fazer, ouvindo críticas, sugestões e adequações. Irei para a comunidade com duas propostas previamente pensadas, que consistem em:

1. Confeccionar, junto com a comunidade, um “plano” de uso do Centro Comunitário, que sinalize os aspectos organizativos e de convivência, mas que aponte as diretrizes de uso do mesmo visando o máximo aproveitamento da estrutura, a unificação do território e o desenvolvimento de atividades sociais e culturais.
2. Traçar um plano de diretrizes, junto com a comunidade, que funcione como sendo os princípios norteadores para as intervenções sociais dos órgãos governamentais, tendo como foco os aspectos ambientais e da infra-estrutura do território (saneamento, água, luz, etc.)

Apesar de ir com o intuito de apresentar as duas propostas, deixarei claro a abertura para que outras propostas surjam. Para isso, antes de apresentar qualquer proposta, reservarei um momento inicial para conversarmos de maneira informal, e, a partir daí, fazer perguntas que me tragam respostas sobre o que poderei fazer. Ex: Vocês sabem o que é o profissional Urbanista? O que vocês acham que eu sei fazer enquanto Urbanista? Diante do que falei, o que vocês acham que da para ser feito? Será que eu vou poder fazer?

**Resultados esperados:**

Definir qual será o produto urbanístico a ser desenvolvido para a comunidade

### OFICINA O QUE QUEREMOS DO URBANISTA

**Data:** 11/10/2014

**Participantes:** Leonardo Polli e Comunidade do Quilombo Rio dos Macacos: Olinda, Osvaldo, Edcarlos, Raimundo, Rosemeire, Edgar, Willian, Zézinho, Dona Nêga e Nadinho.

**Local:** Quilombo Rio dos Macacos, na casa de S. Edgar.

**Objetivo:** O objetivo foi cumprido, e nesse dia ficou definido o projeto de Urbanismo que será desenvolvido por Leonardo Polli, e entregue junto com o termo de referência a comunidade em fevereiro de 2015.

**Resultados:**

- ✓ A partir da metodologia desenvolvida, a comunidade optou pela necessidade de se fortalecer a estrutura do centro comunitário, que será projetado pela Arquiteta Luana Figueiredo.
- ✓ Fazer do centro comunitário um espaço vivo e permanente, que articule todos os habitantes do território.
- ✓ Desenvolver um plano de gestão independente da gestão da Associação de Moradores.
- ✓ Criar espaços para, no primeiro momento, receber ações voltadas a educação de crianças, jovens e adultos, assim como, o atendimento médico, odontológico e de outras especialidades, a partir de programas do governo.
- ✓ Desenvolver espaços de cultura e lazer, unificando as áreas que não ficarão próximas ao centro comunitário.
- ✓ Utilizar o centro comunitário como um espaço para a organização de reuniões, eventos e atividades culturais/recreativas.

**Resumo:**

O produto que será desenvolvido consistirá nas **diretrizes territoriais do Quilombo Rio dos Macacos**, tendo o centro comunitário como um instrumento que potencialize a unificação do território e as ações sociais, políticas, culturais e afirmativas no território.

- ✓ Programa de Necessidades do Centro Comunitário a ser desenvolvido:  
Local para a associação de moradores (reuniões da comunidade, Deposito para cestas básicas, secretaria para documentos da associação); Educação (salas de aula para crianças e adultos, uso em diversos turnos, creche); Cursos Profissionalizantes e Inclusão Digital (oficinas de costura, artesanatos, geração de renda, troca de conhecimentos em informática e disseminação do saber); Cozinha Comunitária (Uso em reuniões, eventos, apoio a produção e beneficiamento de frutas); Sanitários; Alojamento para visitantes; Local para receber os agentes de saúde; Espaço para Cultura e Arte (resgate das tradições)